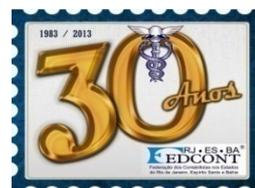




BOLETIM ANO III – Nº 139

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2013



Fórum Sindical Brasil-México propõe união e força do movimento sindical na América Latina



No primeiro dia do Fórum Sindical Brasil-México 2013, realizado 16 de setembro no Rio de Janeiro, a globalização, a crise financeira global e suas consequências para os direitos trabalhistas foram os temas principais dos debates, que contaram com a presença de autoridades – como o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) -, dirigentes da CSB e representantes do movimento sindical do México e personalidades mexicanas.

Após a abertura oficial do evento, o ministro Aldo Rebelo abriu seu discurso traçando um panorama do processo de globalização desde a antiguidade e as consequências para os trabalhadores, principalmente a globalização econômica, financeira e política praticada pelos Estados Unidos na América Latina e nos países pobres, o que, segundo ele, fragilizou algumas nações.

Para lutar contra o domínio norte-americano, Aldo Rebelo ressaltou que é preciso transformar a atual agenda de direitos civis presente no Brasil. “Precisamos substituir essa agenda pela coesão de forças políticas e econômicas para o desenvolvimento do Brasil. Está na hora da agenda da transformação social, pautada pela centralidade da questão nacional, em detrimento do corporativismo”, explicou o ministro.

A união de forças entre Brasil e México é uma das ferramentas de luta anti-imperialista. “Os dois países, duas civilizações mestiças, fundiram-se a partir de experiências civilizatórias distintas e lutaram pela construção nacional, com desafios e dificuldades. Acredito numa cooperação mais ampla e próxima, até mesmo pelo que nós representamos. Esse evento é uma grande oportunidade para essa cooperação e participação conjunta. Só uma nação soberana pode oferecer garantias aos seus trabalhadores”, destacou Aldo Rebelo.

O senador Roberto Requião aproveitou o ensejo para enfatizar que a primeira vítima da crise global são os trabalhadores, que têm seus direitos restringidos com a famigerada flexibilização. “Parece haver uma incompatibilidade de origem entre a globalização neoliberal e a manutenção dos direitos trabalhistas e do emprego nos países em desenvolvimento”, argumentou.

“A defesa dos direitos trabalhistas e do emprego faz parte da grande luta de nossos países pelo desenvolvimento, pela industrialização, pelo avanço tecnológico, pelo estancamento da sangria da remessa de lucro e juros, pela independência, prosperidade, justiça e grandeza de nosso continente”, completou o senador.

Roberto Requião também fez questão de criticar o PL 4330 – que tenta regulamentar a prestação de serviço -, ressaltando que o projeto, se aprovado sem ressalvas, contribuirá para a exploração indecente da mão de obra do trabalhador.

Realidade latino-americana

Antonio Álvarez Sparza, coordenador da delegação mexicana no evento e secretário-geral da Federación Revolucionaria de Obreros y Campesinos de Jalisco, afirmou que o processo de globalização vem avançando, e o cenário no México é de consequências negativas para os trabalhadores. “Vemos o Estado desinteressado, com uma visão centrada no capitalismo”, expôs.

Sparza explicou o sistema previdenciário mexicano, no qual o trabalhador paga seu seguro social para juntar dinheiro e se aposentar. “O governo mexicano trabalha numa legislação de flexibilização dos direitos dos trabalhadores, que perdem seus direitos consolidados”, pontuou. Para ele, a lógica do mercado trouxe a violação dos princípios constitucionais. “Agora, a defesa do trabalhador virou a defesa dos patrões e da pulverização da sociedade”, criticou o secretário.

O presidente do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), Lorenzo Carrasco, destacou que o imperialismo classifica o trabalho como mercadoria, e isso destrói um princípio natural humano.

“Quando defendemos o trabalho, defendemos o princípio do direito. Quando isso se banaliza, estamos perdendo o centro do trabalho, ou seja, a dignidade da pessoa. Pensar no trabalho como mercadoria é acabar com o futuro dos jovens”, reforçou Carrasco.

Para o dirigente, defender o trabalho, as organizações sindicais e os direitos adquiridos é defender a própria nacionalidade que se construiu para defender de forma especial a história e o futuro das nações. “Não existe nacionalidade se não defendermos o trabalho humano, suas organizações e direitos adquiridos. Sem isso, a nação desaba”, sentenciou.

Visão da CSB

Luiz Sergio Lopes, vice-presidente da CSB e coordenador do Fórum no Brasil, mediou a mesa de debates e foi o idealizador do evento na capital carioca. O dirigente explicou que ouvir as agruras por que passam Brasil e México, melhorar a visão ideológica dos dirigentes sindicais, unir as lideranças e estimular sua visão participativa são os princípios da realização do encontro.

“Aqui que se formam as sementes desse movimento para evitar que a crise se aprofunde, porque ela nos atinge diretamente. Porque o homem não tem vez nesse sistema, o que tem vez é o capital”, salientou.

Para Carlos Alberto de Azevedo, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), a luta do movimento sindical deve se consolidar diante do cenário de iminente precarização do trabalho.

“Eventos como esse fórum dão um alerta às organizações, não só nas questões políticas e econômicas, mas também nas trabalhistas e sindicais”, esclareceu.

Alvaro Egea, secretário-geral da Central, concorda com a coalizão de forças para a superação frente ao neoliberalismo e à globalização. Ele criticou a indústria predatória presente no Brasil, na qual 13% das roupas usadas no País são importadas, cerca de 600 milhões de peças. “É fundamental encontrarmos um caminho de unidade para fortalecer a nossa economia e reindustrializar o Brasil no novo padrão tecnológico. Não podemos mais assistir a esse processo de destruição da nossa economia”, criticou.

“Devemos lutar para que governo brasileiro faça um equilíbrio entre o capital e o trabalho. Estamos sempre reagindo por meio do movimento sindical para evitar a desnacionalização da economia e garantir os direitos. Temos pela frente uma grande luta, um exercício de cidadania. É o povo que tem de conter esses desmandos, a força do Brasil está no seu povo”, concluiu Luiz Sergio Lopes.

No segundo dia do Fórum Sindical Brasil-México 2013, houve o painel **O neoliberalismo no Brasil e no México: efeitos e estágio atual**, com os economistas Carlos Lessa e Marivilia Carrasco, e o coordenador do Fórum de Guadalajara, Ángel Palacios.

Carlos Lessa abriu os trabalhos afirmando que a realidade capitalista deixa de lado os trabalhadores. Além disso, a manutenção dos salários baixos, segundo ele, interessa às empresas em processo de globalização.

“O discurso neoliberal propõe a liberdade da movimentação do capital, mas esta liberdade não alcança o trabalho. Sendo assim, tem-se uma barreira brutal para o processo de convergência e associação dos interesses dos trabalhadores no mundo”, explicou.

Para o economista, a China é um exemplo dessa injustiça. “Lá a força sindical quase não existe. A mão de obra é muito forte, mas não há organização sindical, o que se torna um paraíso para as grandes empresas, uma vez que, por exemplo, não há controle da jornada de trabalho”, condenou.

Combate à ameaça imperialista

A manutenção das desigualdades no mundo é um objetivo estratégico dos países dominantes e da força do capital. No que diz respeito à América Latina, aponta Carlos Lessa, a geopolítica do mundo gira em torno do petróleo. “É preocupante a ameaça dos Estados Unidos sobre as empresas de petróleo do Brasil, Venezuela e México. Sob esta realidade, vejo um destino apavorante para nós”, revelou.



O economista argumenta que a integração latino-americana é a base para a luta contra a dominação imperialista. “O sonho, o discurso e o desejo da integração dos povos ibero-americanos deveriam ser uma experiência extremamente forte em todas as dimensões de sociedade organizada que nós dispomos. Precisamos muito tratar esse assunto com a urgência que ele merece”, alertou.

Pensar a longo prazo é essencial para a consolidação da força anti-imperialista, uma vez que, segundo Lessa, a América Latina está abrindo mão da possibilidade de projetos nacionais e de uma estratégia ibero-americana de desenvolvimento mais integrado. O instrumento de

dominação passa pela debilidade dos estados nacionais, que contribui para a manutenção da fábrica de mão de obra barata e à disposição do capital.

“Quem pode contrapor a civilização do capital – que tende ao genocídio, à destruição da sociedade – é a valorização da nossa identidade, dos nossos valores. Vivemos uma era que nos projeta a uma direção de barbárie”, revelou o economista.

“Este fórum nos permite ouvir o que os mexicanos têm a nos dizer sobre a sua realidade. E diante desta perspectiva da opressão do neoliberalismo, a troca de experiências é essencial para o mundo do trabalho e para unir as organizações sindicais dos dois países”, concluiu Carlos Lessa.

Cenário mexicano

Mediada pelo diretor de finanças da CSB, Juvenal Pedro Cim, a segunda mesa de debates apresentou um panorama econômico do México e as consequências do neoliberalismo sobre o país.

O dirigente saudou a possibilidade de um debate amplo. “É fascinante essa oportunidade de discussão sobre temas caros aos trabalhadores e aos povos da América Latina”, afirmou.



Ángel Palacios, coordenador do Fórum de Guadalajara, apresentou o que o governo mexicano e a imprensa chamam de *The Mexican Moment*, teoria segundo a qual o México será a China do século 21. Para o economista, esta ideia é um sinônimo da realidade por que passa a América Latina.

“Esta afirmação me dá tristeza, porque eles, definitivamente, não estão falando do México. Algumas variáveis macroeconômicas são positivas, mas isso foge da realidade do trabalho no meu país”, contestou.



Palacios explica que cerca de 50 milhões de mexicanos vivem na pobreza, o que representa metade da população do país. “A dívida interna do setor público aumentou assustadoramente”, explicou. O montante, segundo o pesquisador, chega a 38% do PIB mexicano, o que equivale a mais de 6 bilhões de pesos.

“Nos últimos 30 anos, o crescimento anual médio do México foi menor do que o do Haiti; o menor da América Latina”, contextualiza Ángel Palacios.

A autonomia mexicana na produção de alimentos virou um triste passado. Graças ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), nos próximos anos, o México deverá adquirir 80% dos seus alimentos em outros países, principalmente nos Estados Unidos.



O último dia do evento foi marcado pelo debate sobre as estratégias de fortalecimento dos sindicatos contra a força do capital

O último dia do Fórum Sindical Brasil-México 2013 ficou marcado pelo debate sobre as estratégias a serem criadas pelo movimento sindical brasileiro e mexicano para superar as crises provocadas pelo neoliberalismo e pela globalização econômica que precarizam as relações de trabalho.

Na manhã do dia 18, o cientista político Ernesto Germano Parrez traçou os eixos centrais que determinam o projeto neoliberal e o fazem continuar dominando o mundo. Segundo ele, a ideia central do neoliberalismo é reduzir o Estado, retirando os direitos dos trabalhadores, da população, aniquilando os benefícios sociais e maculando as relações do trabalho. “Esses são os temas fundamentais do projeto neoliberal. Ele não funciona sem a flexibilização da legislação do trabalho e dos direitos trabalhistas, porque ele não consegue sobreviver sem isso”, declarou.

As mudanças econômicas produzidas pela força do capital culminam com as insistentes e permanentes crises, que, nos últimos 30 anos, se tornaram uma constante. Para Ernesto Parrez, o neoliberalismo produz o chamado “preariado”, denominação dada por ele para a classe operária precarizada. “Esses trabalhadores não têm seus direitos assegurados e garantidos. Grande parcela da classe trabalhadora brasileira está nessas condições, e no México a situação é muito parecida”, explicou.



Diante desta realidade, o cientista afirma que o movimento sindical mundial hoje tem desafios imediatos, que passam pela defesa da igualdade de oportunidades, do trabalho ideológico com os trabalhadores, do aumento da representatividade e da estrutura sindical.

“As entidades precisam estar preparadas para estimular os trabalhadores, dar a eles um conhecimento histórico sobre a importância do movimento sindical. Além disso, é preciso que os sindicatos criem mecanismos de trocas de experiências, bem como fortaleçam essa rede de informações para que o trabalhador não vire massa de manobra”, sentenciou Ernesto Parrez.

Relações de trabalho no México

Para expor a realidade sindical mexicana, Antonio Sparza, coordenador da delegação mexicana no evento, apresentou um retrospecto das relações de trabalho no México desde a escravidão no país.

A constituição mexicana de 1917 forneceu as bases para a formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo Sparza. “Esse modelo era uma revolução que tentava

moderar os excessos e a opulência, além de buscar o progresso por meio da intervenção do Estado nos fatores da produção para o equilíbrio entre patrões e trabalhadores”, explicou.

Com a invasão neoliberal, a incorporação internacional e a substituição do modelo econômico nacional, diminuiu-se o Estado e, segundo Sparza, 1.200 empresas estatais foram privatizadas a preços baixíssimos. O governo, então, abandonou a economia.



Ao longo dos anos, as grandes crises econômicas e financeiras mundiais foram destruindo as empresas mexicanas. “Junto com elas, caíram o PIB, e o desemprego chegou a níveis alarmantes. Em suma, a política de mercado afundou as relações de trabalho no meu país”, lamentou o dirigente.

Antonio Sparza revelou que a unidade e a solidariedade regional trabalhista foram esquecidas. “O capital nunca olha para o lado de baixo, o lado dos trabalhadores. E para mudar esta realidade, precisamos de união, diálogo e muita luta. Brasileiros e mexicanos, vamos caminhar juntos para defender os trabalhadores”, reiterou.

Histórico brasileiro

Juvenal Pedro Cim, diretor de finanças da CSB, expôs aos mexicanos a evolução do sistema econômico e político brasileiro desde a colonização. O dirigente destacou a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, como o marco histórico do trabalho no Brasil, além do desenvolvimento promovido à época com a industrialização do País.

Sob este contexto, Juvenal Cim criticou os setores da sociedade brasileira que acusam a CLT de prejudicar os investimentos no Brasil. “As teses de que as leis de proteção ao trabalho dificultam o investimento é pura mentira, porque quando tivemos o maior crescimento econômico, essa legislação trabalhista já existia”, argumentou o dirigente, salientando que de 1930 a 1980, o Brasil cresceu, em média, 7% ao ano.

A melhora da condição de vida de parte da população brasileira nos últimos dez anos, especialmente os mais pobres, também foi lembrada pelo diretor. Entretanto ele enfatizou que o

País ainda tem desafios estruturais enormes. “O Brasil precisa investir na indústria nacional, melhorando a infraestrutura dos serviços e gerando emprego. Esse investimento interessa ao trabalhador, porque dá oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de melhora do padrão de vida dele”, pontuou Juvenal Cim.



O trabalho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) também foi lembrado. “O Dieese tem muita credibilidade junto aos trabalhadores porque é apoiado pelos sindicatos e trabalha para mostrar a realidade econômica do Brasil”, finalizou o diretor da CSB.

Importância da OIT

Em sua exposição, Francisco Antonio Feijó, presidente da União Mundial das Profissões Liberais (UMPL), destacou a importância da OIT na apuração das questões que envolvem as relações de trabalho no mundo.

Para o dirigente, esta relevância tornou-se ainda mais latente com a ascensão das mulheres ao mercado de trabalho. “A mulher não é mais só mãe ou uma dona de casa. Ela passou a ser um componente do trabalho como o homem. E a OIT precisa se adaptar a esta realidade”, alertou Francisco Feijó.

União Brasil-México

Os três dias do Fórum Sindical Brasil-México 2013 permitiu uma profunda reflexão sobre como o neoliberalismo, a globalização econômica e a força do capital corroem os países e as populações pobres.

Para a delegação mexicana, o evento mostrou que a união latino-americana é essencial para o desenvolvimento e a justiça social na região. “Precisamos ter o sentido de unidade e solidariedade. Há uma chamada para a nossa responsabilidade coletiva, e é nela que devemos concentrar nossos esforços em prol da classe trabalhadora”, concluiu Antonio Sparza.



Luiz Sergio Lopes, vice-presidente da CSB, afirma que os movimentos sindicais têm de combater as leis que tiram direitos. “No Brasil precisamos manter a CLT. A nossa missão é defendê-la com unhas e dentes, impedindo que ela seja flexibilizada. Devemos caminhar juntos”, propôs.

Fonte : SITE - CSB